EM BUSCA DE UM ENTENDIMENTO E DE UMA VISÃO

Rogério Martins¹⁰

As coisas podem ser vistas e entendidas de diversas maneiras. Primeiro de acordo com as próprias lentes que cada pessoa pode e consegue enxergar. Depois, de acordo com os diversos ângulos que o funcionamento de um sistema pode ser compreendido, seja visto isoladamente ou não, de acordo com os interesses das análises, assim como pela sua estrutura, pelos serviços que presta, pelas funções e tarefas que executa, pelo status, órgão ou poder a que esteja ligado, mesmo que essas ligações possam ser também sistemicamente relacionadas a outros aspectos e assim por diante.

Assim, tentando visualizar a importância estratégica do relacionamento da Polícia Militar com o Ministério Público, proponho nesse breve posicionamento, uma análise do sistema de segurança pública, sob o ponto de vista proposto por Moreira Neto¹¹, decompondo-o em outros quatro subsistemas, o **policial**, o **penitenciário**, o **judicial** e o do **Ministério Público**, os quais se interagem e se inter-relacionam e se complementam, prestando um certo tipo de serviço específico à população, qual seja, a segurança pública. Esclareço que esse contexto não engloba as questões da segurança interna e ou externa, as quais estariam ligadas a outras dimensões de poder.

No âmbito das Unidades da Federação o **subsistema policial**, que pertence ao Poder Executivo, é composto, principalmente, pela Polícia Militar e pela Polícia Civil, envolvendo ainda, em alguns casos, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, o Cor-

¹⁰ Tenente Coronel da PMSC. Bacharel em Administração e em Direito. Pós-graduado em Administração Pública e em Segurança Pública. Mestre em Administração pela UFSC. Professor CAO e CSPM da PMSC.

¹¹ MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Revisão doutrinária dos conceitos de ordem pública e segurança pública. *Revista Unidade*, Porto Alegre, a. VIII, n. 12, p. 17-33, jan/out, 1990.

po de Bombeiros, as Guardas Municipais, a Fazenda Pública, os Órgãos Ambientais, a Vigilância Sanitária, a Ordem dos Advogados do Brasil, entre outros. Considero do mesmo modo importante incluir nesse contexto as Guardas Patrimoniais, as quais possuem inclusive um contingente armado maior que o de todas as demais corporações integrantes do sistema. Ressalte-se que a inteligência policial ainda não percebeu o grande potencial desse segmento para a consecução dos objetivos da segurança pública, como também o de outros tipos de recursos que estão a inteira disposição, como o dos serviços de rádio-táxi, por exemplo, os quais estão diuturnamente circulando, visualizando e obtendo informações que seriam muito úteis para a segurança pública e para o desenvolvimento das ações policiais, sendo que os mesmos têm o maior interesse nessa interação, uma vez que necessitam do apoio direto desse mesmo subsistema policial para o desempenho de suas atividades, as quais, por sua vez, também são de interesse público.

No **subsistema penitenciário**, que está afeto ao Poder Executivo e ao Poder Judiciário, destacam-se os meios e processos para a execução penal, envolvendo os estabelecimentos de recolhimentos provisórios e de cumprimento de medidas de segurança e sócio-educativas, assim como os estabelecimentos para recolhimento de adolescentes infratores, as cadeias públicas, os presídios, as penitenciárias, os albergues e os manicômios judiciais, entre outros. Nesses estabelecimentos persistem ainda as questões ligadas à administração e a segurança interna e externa realizada pelas corporações policiais.

O **subsistema judicial**, ligado ao Poder Judiciário, juntamente com o Ministério Público, entes autônomos e independentes que se inter-relacionam também nas questões ligadas à segurança pública e que, por conseqüência, complementam as ações do subsistema policial. Destaca o Professor Moreira Neto que, por sua vez, o **subsistema do Ministério Público** cumpre um papel imprescindível, acionando, fiscalizando e dando coerência aos demais subsistemas.

Nesse contexto sistêmico, sobressai a importância estratégica da relação da Polícia Militar com o Ministério Público. Primeiro, porque na seqüência do encaminhamento das relações é o órgão principal a que o subsistema policial deve se dirigir e se relacionar. Tanto a Polícia Civil quanto a Militar, em muitos casos, devem diretamente se reportar ao Ministério Público. Segundo, porque é o órgão responsável pelo controle externo da atividade policial, o que por si só, impõem uma série de medidas administrativas e judiciais de controle e de articulação de todo o subsistema policial.

Se algo não consegue ser resolvido dentro do próprio subsistema policial, a alternativa mais apropriada é levá-la institucionalmente ao Ministério Público, buscando assim uma negociação, de modo que sejam dados os encaminhamentos devidos para a solução do problema. Dessa maneira, outras questões também poderiam ser mais bem equacionadas com a sua efetiva participação, já que ao Poder Judiciário não lhe foi dado esse papel e, por vezes, os meandros administrativos e políticos também não são suficientes.

Outra faceta importante do papel do Ministério Público é que, além de outras competências, é ele o detentor exclusivo da ação penal pública, que via de regra, decorre também das ações policiais. O judiciário, por sua vez, decidirá os processos penais a partir da provocação legal do MP, o que, se não ocorrer, praticamente interrompe qualquer medida punitiva do Estado. Cabe também destacar a competência do Ministério Público para a propositura de ações civis públicas, as quais também possuem grande repercussão para todo o sistema de Segurança Pública.

Com a atual legislação, o Ministério Público passou a ter autonomia de decisão sobre a grande maioria dos casos atendidos pelo subsistema policial como, por exemplo, nas infrações penais de menor potencial ofensivo, passando a adotar medidas compensatórias, transacionado, entre outros encaminhamentos. Destaca-se também a forte atuação institucional do Ministério Público em áreas específicas, como a do meio ambiente, infância e juventude, cidadania, consumidor, ordem tributária, moralidade administrativa e toda a área criminal, até em grandes eventos, defesa civil e prevenção de sinistros, entre outras, das quais decorrem inúmeras ações policiais com reflexo significativo para toda a sociedade e para a manutenção da ordem pública. Novamente evidencia-se a importância estratégica da manutenção de um relacionamento direto com o Ministério Público, formulando-se parcerias, buscando-se também aproveitar, entre outros aspectos, a participação nos vultosos recursos que essas transações geram, servindo assim como outra alternativa para a satisfação das necessidades e dos interesses da segurança pública.

Ainda, como responsável pelo controle externo da atividade policial e detentor da ação penal, o Ministério Público desempenha papel estratégico no que diz respeito ao apoio às ações policiais. Toda grande operação, uma vez articulada sob a tutela do Ministério Público, contribui decisivamente para respaldar e minimizar os riscos de responsabilizações futuras dos próprios agentes e das autoridades policiais. Por exemplo: uma operação policial desenvolvida para fiscalizar bares, boates e restaurantes, se for desenvolvida e até coordenada pelo próprio Promotor de Justiça responsável, contando,

se possível, inclusive com a sua presença, praticamente elimina vários tipos e problemas normalmente decorrentes dessas ações. Esse relacionamento contribui também para respaldar perante a imprensa e a própria opinião pública, todas as medidas e ações policiais adotadas para proporcionar a tão desejada segurança às pessoas.

Outra relação de extrema relevância diz respeito ao aparato policial que dá suporte ao poder investigatório do Ministério Público, o qual é quase que totalmente desenvolvido por policiais militares, mediante parceria estabelecida com essa finalidade. Esse aparato, além de realizar as investigações especiais que o Ministério Público desenvolve diretamente, principalmente aquelas voltadas ao combate ao crime organizado e a macrocriminalidade, ajuda a respaldar as medidas investigatórias destinadas à correição do próprio subsistema policial, atividade essa também desenvolvida sob a chancela do Ministério Público.

Por último, destaca-se a relação com o Ministério Público perante o subsistema presidiário, no qual o subsistema policial participa e tem também grande interesse no seu bom funcionamento. Mais uma vez, o Ministério Público exerce função estratégica de controle e de fiscalização sobre a execução penal e sobre o funcionamento de todo o sistema, realizando, inclusive, inspeções periódicas diretas a esses estabelecimentos.

Diante desse posicionamento, concluo que a parceria estratégica da Polícia Militar com o Ministério Público, além proporcionar maior credibilidade às ações do subsistema policial, é de fundamental importância para o alcance dos objetivos da segurança pública. Muitos resultados já se verificaram nesses últimos anos em que a Polícia Militar passou a contar com uma Assessoria Militar instalada junto ao Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, tanto que a Corporação entendeu e consignou esse objetivo de aproximação institucional no seu planejamento estratégico, buscando promover a aproximação institucional da Corporação com o próprio Ministério Público, bem como com outros órgãos, voltado às ações na esfera operacional.